



# Simulado Final **MP MG**

Analista do Ministério Público  
Conhecimentos Gerais  
Pós-Edital

# Gabarito

Simulado Final MP MG – Analista do Ministério Público –  
Conhecimentos Gerais – Pós-Edital

<b>01</b>	B	<b>11</b>	D	<b>21</b>	D
<b>02</b>	C	<b>12</b>	D	<b>22</b>	D
<b>03</b>	B	<b>13</b>	B	<b>23</b>	D
<b>04</b>	D	<b>14</b>	D	<b>24</b>	B
<b>05</b>	A	<b>15</b>	C	<b>25</b>	C
<b>06</b>	C	<b>16</b>	A	<b>26</b>	C
<b>07</b>	A	<b>17</b>	D	<b>27</b>	B
<b>08</b>	B	<b>18</b>	C	<b>28</b>	B
<b>09</b>	C	<b>19</b>	B	<b>29</b>	D
<b>10</b>	A	<b>20</b>	D	<b>30</b>	C

## RANKING

*Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.*

<https://bit.ly/Ranking-MPMG-Analista-Conhecimentos-Gerais-07-01-23>

---

**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O relatório de uma comissão independente que investigou a conduta de integrantes da Igreja Católica na França desde a década de 1950 revelou que ao menos 216 mil crianças foram vítimas de abusos sexuais de membros do clero nos últimos 70 anos. O relatório, divulgado nesta terça-feira após dois anos e meio de investigações, aponta que o número de vítimas pode ultrapassar os 300 mil se forem consideradas agressões cometidas por colaboradores da Igreja sem cargos eclesiásticos.

O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França (CEF, na sigla em francês), Eric de Moulins-Beaufort. De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou, "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos.

— As consequências são muito graves. Cerca de 60% dos homens e mulheres abusados sexualmente encontram grandes problemas em sua vida sentimental ou sexual — afirmou Sauvé em entrevista coletiva.

O número total de menores abusados pode chegar a 330 mil, constatou o relatório, se consideradas também vítimas de pessoas na esfera da Igreja, mas que não compõem seu corpo eclesiástico, como catequistas, professores de escolas religiosas e supervisores de movimentos jovens.

Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil — dois terços deles, padres. Entre as vítimas, 80% eram meninos. Na maioria dos casos, os atos estão prescritos e os autores dos abusos já morreram, mas o relatório aponta 22 supostos crimes que ainda podem ser investigados. Todos foram encaminhados ao Ministério Público. Outros 40 casos muito antigos para serem processados, mas que envolvem pessoas que ainda estão vivas, foram encaminhados aos dirigentes da Igreja.

— Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores. Nós consideramos que a Igreja tem uma dívida para com as vítimas — ressaltou o presidente da comissão, afirmando

que os pesquisadores só constataram uma mudança de atitude nos últimos cinco anos.

(O Globo e agências internacionais. Adaptado)

**01.** É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

- a) Quando tratada, a vítima de abuso pode levar uma vida normal.
- b) Meninos adolescentes e pré-adolescentes eram as principais vítimas.
- c) O relatório foi elaborado por integrantes do baixo clero.
- d) A Igreja sempre se mostrou disposta a apurar os casos de abuso.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

Letra A - Incorreta. O texto não diz nada a respeito da possibilidade de tratamento das vítimas de abuso, apenas alerta sobre as graves consequências do abuso. Aqui, ocorre extrapolação.

Letra B - Correta. A partir do segundo parágrafo, podemos inferir essa informação: "protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos".

Letra C - Incorreta. O texto fala em comissão independente, ou seja, não ligada à Igreja: "O relatório de uma comissão independente..." (1º parágrafo).

Letra D - Incorreta. O texto afirma o contrário no último parágrafo: "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores".

**02.** Podemos afirmar que, nesse trecho, predomina a tipologia textual:

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva

d) narrativa

**Gabarito: C**

**Comentário:**

O texto discorre sobre a temática do abuso praticado por membros da Igreja, apresentando dados, mas sem defender um ponto de vista. Logo, trata-se de um texto dissertativo-expositivo.

**03.** O vocábulo destacado em "Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil" exerce a mesma função em:

- a) Trata-se de casos que devem ser investigados.
- b) Divulgou-se o número de vítimas.
- c) Lembre-se de que todos são iguais perante a lei.
- d) Feriu-se com instrumentos comprados recentemente.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

Em "Estima-se...", o vocábulo SE está ligado a um verbo transitivo direto, exercendo a função de partícula apassivadora (*ISSO é estimado*).

Letra A - Incorreta. Índice de indeterminação do sujeito (VTI + SE)

Letra B - Correta. Partícula apassivadora (VTD + SE)

Letra C - Incorreta. Parte integrante do verbo (lembrar-se = verbo pronominal)

Letra D - Incorreta. Pronome reflexivo (o sujeito pratica e sofre a ação expressa pelo verbo)

**04.** Houve falha quanto à concordância na alternativa:

- a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.
- b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.
- c) Faz três anos que não nos vemos.
- d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

A única alternativa em que a concordância não foi feita corretamente é a alternativa D: haver (= existir) é impessoal, portanto permanece no singular. O verbo auxiliar "devem" deveria estar no singular, pois verbos auxiliares de verbos impessoais também assumem essa propriedade gramatical da impessoalidade. O correto seria "deve haver".

**05.** As vírgulas que separam o segmento "constatou o relatório" (4º parágrafo):

- a) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
- b) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
- c) Foram empregadas em função de destacar o número de vítimas.
- d) Estão empregadas incorretamente.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

As vírgulas podem ser substituídas, sem qualquer prejuízo gramatical por duplo travessão, pois o trecho é uma informação adicional intercalada.

B - Incorreta. Erudito faz referência a algo culto, intelectualizado. O simples uso da vírgula não é capaz de promover erudição.

C - Incorreta. O emprego da vírgula foi para isolar uma oração intercalada.

D - Incorreta. As vírgulas foram empregadas corretamente.

**06.** A forma verbal "denunciavam" em "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais)" indica um aspecto durativo, de uma ação habitual, como ocorre com a forma verbal destacada em:

- A) Aprovaram os projetos que estavam parados.
- B) O anúncio seria feito na manhã da posse.
- C) A partir da próxima semana, os filmes estream nos cinemas às quintas-feiras.

D) Quando eles voltarem, estaremos aqui esperando.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

O pretérito imperfeito “denunciavam” indica uma ação durativa no passado.

A - Incorreta. O pretérito perfeito indica uma ação pontual concluída.

B - Incorreta. O futuro do pretérito indica uma ação não concluída, hipotética.

C - Correta. O presente, nesse contexto, indica uma ação durativa (a partir de determinada data, os filmes sempre estrearão às quintas).

D - Incorreta. O futuro do subjuntivo indica uma ação pontual hipotética.

**07.** Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

a) paralisação - exceção - obsessão

b) ansioso - estresse - perturbar

c) atualização - vexame - enchente

d) seção - opinião - entretido

**Gabarito: A**

**Comentário:**

Letra A – Todas as palavras foram grafadas corretamente.

Letra B – O correto é “ansioso”.

Letra C – O correto é “atualização”.

Letra D – O correto é “entretido”.

## TEXTO II - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda,

como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

**08.** Depreende-se da leitura do texto e de seu título que:

- a) O autor não concorda com o uso informal da língua.
- b) O português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- c) Os falantes de português no Brasil desconhecem a própria língua.
- d) O autor defende a preservação de uma "língua pura".

**Gabarito: B**

**Comentário:**

A - Não há nenhum pressuposto textual que nos permita inferir que o autor não está de acordo com o uso informal do português.

B - Correto. O título sugere que o português foi "moldado" ao estilo brasileiro. Além disso, no 6º parágrafo, o autor cita a influência colonial sobre o português brasileiro: "Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções".

C - No texto, o autor não faz qualquer juízo de valor sobre os usos observados na língua falada, apenas afirma que falamos um português diferente daquele usado na escrita, o que não pode ser interpretado como falta de conhecimento.

D - É possível inferir do 8º parágrafo que o autor está aberto às influências que formaram o português brasileiro, defendendo a mistura colonial que resultou no português brasileiro: "Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas".

**09.** Em relação ao preconceito linguístico, pode-se afirmar que, de acordo com o texto,

- a) A elite acadêmica é disseminadora desse tipo de preconceito.
- b) O Acordo Ortográfico é uma ferramenta contra o preconceito.
- c) A ideia de "escrita inclusiva", na verdade, fomenta a segregação.
- d) O uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

A - Incorreta. Na verdade, o texto ressalta que esse grupo em nada contribui para a diminuição do preconceito.

B - Incorreta. O texto não nos permite afirmar que o Acordo Ortográfico é um instrumento de combate ao preconceito. O Acordo é apenas um instrumento de normatização.

C - Correta. A ideia de "escrita inclusiva" divide a sociedade entre aqueles que utilizam uma linguagem "politicamente correta" e aqueles que não o fazem. "É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe” (6º parágrafo).

D - Incorreta. O texto afirma que o preconceito linguístico é "deixado de lado" pelo politicamente correto.

**10.** O termo destacado não foi classificado com correção em:

- a) "os mares devem estar um tantinho mais imensos" (2º parágrafo) - objeto direto
- b) "anotava no posfácio de "Iracema"..." (1º parágrafo) - adjunto adverbial
- c) "diz o samba do Noel" (8º parágrafo) - sujeito
- d) "o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa" (3º parágrafo) - adjunto adnominal

**Gabarito: A**

**Comentário:**

A única classificação incorreta é do trecho destacado em ""os mares devem estar um tantinho mais imensos". Trata-se, na verdade, de um **predicativo do sujeito**.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL***Tiago Zanolla*

**11.** Marcia foi nomeada para ocupar cargo público efetivo no Estado. As opções a seguir apresentam requisitos básicos para a investidura. Assinale o requisito que não precisa ser preenchido por Marcia

- a) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Estar quite com suas obrigações eleitorais.
- c) Ter idade mínima de 18 anos.
- d) Estar quite com suas obrigações militares.

**Gabarito: D****Comentário:**

Vamos recordar os requisitos:

*Art. 13 – Só poderá ser provido em cargo público quem satisfizer os seguintes requisitos:*

*I – ser brasileiro;*

*II – ter completado dezoito anos de idade;*

*III – haver cumprido as obrigações militares fixadas em lei;*

*IV – estar em gozo dos direitos políticos;*

*V – ter boa conduta;*

*VI – gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;*

*VII – ter-se habilitado previamente em concurso, salvo quando se tratar de cargos isolados para os quais não haja essa exigência;*

*VIII – ter atendido às condições especiais, inclusive quanto à idade, prescrita no respectivo edital de concurso.*

Como o cumprimento das obrigações militares é exigível somente de candidatos homens, Márcia não precisa preenchê-lo.

**12.** A respeito do Ministério Público e de sua autonomia financeira, julgue os itens a seguir.

I O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

III Os recursos originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

IV A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Estadual, mediante controle externo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.

**Gabarito: D****Comentário:**

**ITEM I – Errada.** O MP elabora com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não na LOA.

**ITEM II – Certa.** Vide Art. 3º, § 1º.

**ITEM III – Errada.** Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

**ITEM IV – Certa.** Vide Art. 3º, § 3º.

**13.** Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Ex-officio pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.

**Gabarito: B**

**Comentário:** Segundo o Artigo 46, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

**14.** Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, é órgão de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:

- a) os Centros de Apoio Operacional.
- b) a Comissão de Concurso.
- c) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- d) as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas.

**Gabarito: D**

**Comentário:** Os órgãos de Assessoramento do PGJ são:

*Art. 88 - São órgãos de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:*

- I - as **Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas**;*
- II - o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;*
- III - a Secretaria-Geral;*
- IV - a Assessoria Especial.*

**15.** Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.

**Gabarito: C**

**Comentário:** As vedações estão no artigo 111:

*Art. 111 - Ao membro do Ministério Público é vedado:*

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;*
- II - exercer a advocacia, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas;*
- III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;*
- IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;*
- V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o afastamento para o exercício de cargo eletivo ou para a ele concorrer;*

Portanto, ao membro do MP não é vedado o exercício do magistério.

---

## ÉTICA

---

*Fabiano Pereira*

**16.** As normas deontológicas empregadas aos servidores públicos devem ser praticadas no exercício da sua função pública, integrando-se, ainda, à vida privada de cada servidor em particular. Portanto, pode-se concluir que as atitudes e condutas realizadas fora do expediente de trabalho em sua rotina pessoal diária

- a) Podem aumentar ou subtrair os bons conceitos na vida prática do servidor.
- b) Somente subtraem os bons conceitos na vida prática do servidor.
- c) Não interferem em nada os conceitos na vida prática do servidor.



d) Somente aumentam os bons conceitos na vida prática do servidor.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

Podemos responder a questão a partir do entendimento do princípio da moralidade na Administração Pública e da leitura do inciso IV do decreto 1.171/1994.

O princípio da moralidade discorre sobre as condutas morais praticadas tanto internamente no órgão, como também nas situações externas ao órgão, isto é, nas relações privadas do servidor, a maneira como ele se comporta com a sociedade.

O princípio impõe que agentes públicos atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a ética e o bom relacionamento com os particulares.

O decreto 1.171/1994, inciso VI, nos elucida ainda mais sobre o conceito de moralidade na função pública:

*“A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.”*

Perceba que o princípio e o decreto se complementam, pois fica claro que as atitudes e condutas praticadas pelo servidor interferem positiva ou negativamente em sua vida profissional e particular, que é o que a alternativa A nos afirma.

**17.** A ética demanda condutas harmoniosas aos princípios administrativos, entretanto, existem comportamentos de servidores que ferem os valores do interesse público, afastando-se da missão e visão da organização. Assinale a alternativa a seguir na qual a atitude do servidor viola o interesse público.

a) Márcia chega ao seu posto de trabalho sempre vinte minutos antes do horário oficial de abertura para preparar o ambiente ao atendimento ao público.

b) Nicolas, policial de trânsito, não aceitou o suborno que o motorista lhe ofereceu em detrimento de uma colisão por estar bêbado.

c) Anderson trata todos do seu repartimento com respeito e boa-fé.

d) Antônio, fora do horário de expediente do trabalho, posta foto no Instagram vestido da camiseta do órgão administrativo e usando drogas ilícitas.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

O comportamento de Antônio - ao consumir drogas ilícitas usando uniforme do órgão administrativo e divulgando fotos consumindo drogas ilícitas com o uniforme do órgão que atua - viola o princípio da moralidade.

A conduta demonstra total desapego em transparecer bons costumes, o que o princípio da moralidade preceitua na Administração Pública e fora dela, especialmente quando a imagem do agente estiver vinculada à repartição em que trabalha.

Esse tipo de conduta, sem sombra de dúvidas, viola o interesse público.

## GESTÃO PÚBLICA

*Stefan Fantini*

**18.** De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

a) responsabilidade

b) legitimidade

c) sigilo

d) equidade

**Gabarito: C**

**Comentário:**

De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança:

**-Transparência**

**-Equidade**

-Accountability

**-Responsabilidade****-Legitimidade**

-Eficiência

-Probidade

Portanto, a única assertiva que não trouxe um dos princípios foi a letra C.

19. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à \_\_\_\_\_, ao passo que a \_\_\_\_\_ se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A \_\_\_\_\_, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas, respectivamente, são:

- a) efetividade; eficácia; eficiência.
- b) eficiência; eficácia; efetividade.
- c) eficácia; eficiência; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.

**Gabarito: B****Comentário:**

Vamos relembrar esses três conceitos:

**-Eficiência:** Significa fazer bem alguma coisa. Ou seja, consiste em utilizar os **recursos disponíveis da melhor maneira possível**. Relaciona-se aos **meios** e aos custos envolvidos. É a medida de avaliação da utilização dos recursos.

**-Eficácia:** Significa fazer a coisa certa. Ou seja, consiste em **atingir os objetivos ou as metas traçadas**. Relaciona-se aos **fins**. É a medida de avaliação do alcance dos resultados.

**-Efetividade:** Está relacionado ao **impacto das ações**.

Consiste em alcançar os resultados pretendidos, de forma a alterar a realidade. Relaciona-se aos impactos (benefícios gerados) das ações desenvolvidas. É a medida de avaliação do impacto gerado.

Portanto, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à **eficiência** ao passo que a **eficácia** se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A **efetividade** por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

20. A capacidade de se colocar no lugar do outro para melhor atendê-lo, conhecê-lo e servi-lo é chamada de

- a) simpatia
- b) comportamento defensivo
- c) comportamento receptivo
- d) empatia

**Gabarito: D****Comentário:**

A assertiva trouxe o conceito de **empatia**.

A empatia é uma característica psicológica que consiste na capacidade de compreender o que as outras pessoas estão sentindo. Uma pessoa que possui empatia é capaz de “se imaginar e se colocar no lugar do outro” (é capaz de pensar ou agir da forma como a outra pessoa pensaria e agiria) com o objetivo de entender o que essa pessoa está sentindo para poder ajudá-la da melhor maneira possível.

Portanto, o gabarito é a letra D.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**21.** Mateus é servidor público exercendo funções de fiscalização sanitária na cidade de Belo Horizonte. Após receber denúncia anônima, sua equipe realizou uma operação oficial no *Hipermercado KiBom*. Foi comprovado que o estabelecimento possuía vários produtos alimentícios voltados ao público infantil com a data de validade expirada nas prateleiras. Além disso, os produtos estavam misturados a outros com validade dentro do prazo para que o consumidor desatento não suspeitasse e, assim, adquirisse o alimento estragado. Diante dessa situação, Mateus determinou a imediata interdição do Hipermercado e consequente retirada dos produtos fora da validade.

Na situação descrita, a ação de interdição e a retirada dos produtos estão calcadas no poder administrativo denominado de:

- a) Poder hierárquico, tendo em vista que a administração exerce superioridade sobre o particular;
- b) Disciplinar, que autoriza a Administração a aplicar sanções aos particulares infratores de normas de saúde pública;
- c) Normativo, que permite aplicar sanções por motivos de desobediência a normas de saúde pública;
- d) Poder de polícia, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

a) Segundo Hely Lopes Meirelles, “*poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal*”. No contexto do enunciado, não se pode afirmar qualquer hierarquia dos agentes da fiscalização sobre os particulares, pois não há vínculo jurídico entre as partes. **Assertiva incorreta**

b) O poder disciplinar deve ser entendido como a prerrogativa assegurada à Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores e particulares submetidos ao regime disciplinar administrativo. Não há com fundamento no poder disciplinar, qualquer normatização sobre a utilização da propriedade privada. **Assertiva incorreta.**

c) O poder normativo autoriza os órgãos e entidades da Administração Pública a editarem atos normativos secundários, inferiores à lei, para a regulamentação de determinados setores da economia. Todavia, por se tratarem de atos administrativos, não podem inovar no ordenamento jurídico, muito menos violar regras que estão previstas expressamente no texto constitucional, a exemplo da inviolabilidade de domicílio. **Assertiva incorreta.**

d) A supremacia do interesse público pode ser traduzida como o conjunto de prerrogativas conferidas à Administração Pública e que a colocam em posição de superioridade diante de uma relação com particular, podendo o interesse público prevalecer sobre o privado, caso isso se faça em benefício coletivo. Diante disso, o poder de polícia é o meio pelo qual a administração se utiliza para **interferir na esfera privada** dos particulares, condicionando o exercício de atividades e direitos, bem como o gozo de bens, impedindo assim que **um particular** possa prejudicar o interesse de toda uma coletividade. **Assertiva correta.**

**22.** Nícolas, Analista do Ministério Público de Minas Gerais, estava lotado no setor de orçamentos e integrava a comissão responsável por aprovar as licitações do órgão. Nícolas, por ser muito amigo de Fabrício, dono de uma das concessionárias da *AE AUTOMÓVEIS*, que ficava a poucas quadras do Ministério Público, planejou em conversa particular, receber, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de cinco mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel (automóveis) pela administração do

órgão por preço superior ao valor de mercado. O plano foi bem sucedido e, após se passarem três meses da conversa, Nicolas começou a receber as parcelas.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Nicolas:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo ao erário;
- b) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Nicolas cumpriu a aquisição dentro das diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando em **enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato **doloso**, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a **aquisição**, permuta ou locação de bem **móvel** ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por **preço superior ao valor de mercado**.

Por sua vez, o art. 12 prescreve que independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas

isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, **suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos**, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

**23.** Rafael é Analista do Ministério Público de Minas Gerais, lotado na capital Belo Horizonte. Ele usa o carro oficial uma vez por semana para levar sua namorada ao Motel *Millennium Love*, no horário de almoço. Após os dois saírem do Motel, Rafael ainda deixa a namorada na porta da faculdade, que fica a 8 km de distância do seu posto de trabalho. Na situação em tela, pode-se afirmar que Rafael fere o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência
- d) moralidade;

**Gabarito: D**

**Comentário:** O princípio da moralidade está previsto expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, impondo que agentes públicos e particulares que se relacionem com a Administração Pública atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a isonomia e demais preceitos éticos.

Portanto, levando-se em consideração que o veículo cedido a Rafael deve ser utilizado para fins profissionais, não restam dúvidas de que foi violado o princípio da moralidade, pois, ao utilizar um bem público em benefício próprio, Rafael está agindo de modo desleal e desonesto.

24. Camila, servidora do Departamento de Trânsito do Estado Minas Gerais, ao trafegar pelo centro de Belo Horizonte, na manhã do ano novo, verificou que alguns veículos automotores estavam estacionados em cima da calçada de maneira proibida e, além disso, incomodavam os habitantes da região com o som alto. Visando promover a tranquilidade dos cidadãos e a sua segura circulação, Camila determinou que os automóveis fossem rebocados.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) Imperatividade, sendo necessária prévia notificação ao particular antes do ato de remoção;
- b) Autoexecutoriedade, que prescinde de prévia autorização judicial e de prévia notificação ao particular;
- c) Presunção de legitimidade, não se admitindo prova em contrário, tendo em vista que Camila é servidora pública;
- d) Presunção de veracidade, tendo em vista que prescinde de prévia autorização do Governador do Estado;

**Gabarito: B**

**Comentários:** A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual a Administração Pública pode executar as suas próprias decisões, independente de autorização do Poder Judiciário.

Desse modo, o referido atributo garante à Administração Pública a possibilidade de ir além do que simplesmente impor um dever ao particular (consequência da imperatividade), mas também utilizar força direta e material no sentido de garantir que o ato administrativo seja executado.

25. Acerca dos contratos administrativos, nos moldes trazidos pela Lei 14.133/21, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 10 dias, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o

motivo apresentado seja aceito pela Administração.

- b) Será obrigatório à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas.
- c) Os contratos poderão ter sua vigência por prazo indeterminado nos contratos em que a administração seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.
- d) A Administração Pública designará agente que ficará responsável pela respectiva fiscalização e que não poderá ser auxiliado por terceiros.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

- a) A informação correta é de que o prazo **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período**, como explicita § 1º do art. 90: *“O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.” Assertiva incorreta.*
- b) A alternativa faz uma afirmação falsa, pois o **certo é que será facultado à Administração**, como indica o § 2º do art. 90: *“Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor”.* **Assertiva incorreta.**
- c) A Lei 14.133/21, em seu art. 109, afirma que **“a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio**, desde que comprovada, a cada

exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação”.

**Assertiva correta.**

- d) O art. 117da Lei 14.133/21 dispõe que “a **execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato**, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição”. **Assertiva errada.**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

**26.** É INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) o pluralismo político.
- b) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- c) a prevalência dos direitos humanos.
- d) a cidadania.

**Gabarito: C**

**Comentário:** “CF88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

**27.** NÃO É privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) Carreira Diplomática.

**Gabarito: B**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.

**28.** “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de \_\_\_\_\_ dias, e aprovada por \_\_\_\_\_ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) 10 – 1/2
- b) 10 – 2/3
- c) 15 – 1/2
- d) 15 – 2/3

**Gabarito: B**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)”

**29.** Nos termos da Constituição da República, pode propor a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) o Prefeito.
- b) o Procurador-Geral de Justiça.
- c) qualquer partido político.
- d) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.

**Gabarito: D**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela EC nº 45, de 2004)

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela EC nº 45/2004)
- V o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela EC 45/2004)
- VI - o Procurador-Geral da República;
- VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;
- IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**30.** Nos termos da Constituição, considerando que o município de Belo Horizonte/MG pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça comum.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

**Gabarito: C**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

- I - processar e julgar, originariamente:
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;”

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---